



**Versão reduzida de documento pode evitar fracasso total da transferência, mas põe Brasil na mira de ambientalistas e especialistas por trazer pouco avanço e adiar decisões**

# Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição

Eliane Oliveira, Liana Melo e Renata Malkes  
economia@oglobo.com.br

• A versão mais enxuta do texto do acordo da Rio+20 apresentada pelo Brasil anteontem para driblar a falta de consenso na grande maioria dos temas pode evitar que a conferência termine num fracasso absoluto, mas fez o país ser questionado por especialistas e ambientalistas por apresentar um rascunho sem ambição. Alheio às críticas, o anfitrião da conferência pretende ver encerradas amanhã as negociações, com algumas vitórias como o esperado endosso à proposta de criação de um tratado sobre proteção de áreas marinhas fora das jurisdições nacionais, tema caro ao Brasil.

— A reação inicial foi bastante positiva — declarou o negociador brasileiro da Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, comentando que o texto apresentado está mais “limpo” no sentido de contar com a anuência de todos. — O caminho está aberto para um bom acordo.

Em troca de tirar do documento a proposta de criação de um fundo de US\$ 30 bilhões anuais para o desenvolvimento sustentável, o Brasil reafirmou, no documento, os Princípios do Rio, que incluem as “propostas comuns, mas diferenciadas”. A

definição de fontes de financiamento foi jogada mais para a frente, em 2014. Com isso, o Brasil atendeu aos interesses dos europeus — que eram contrários ao fundo — e do G-77 (grupo dos países menos desenvolvidos) — que não queria que as propostas comuns, mas diferenciadas, fossem abandonadas.

Com o texto de 31 páginas a menos e sem colchetes — símbolo diplomático para pontos em aberto —, Figueiredo garante que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) não sairá da Rio+20 como entrou, o que significa derrota tanto dos europeus como das nações africanas.

— O Pnuma vai sair fortalecido, mas não virar uma agência, porque não havia consenso sobre essa proposta.

## Texto faz país ser eleito "Fóssil do Dia" por ONGs

Para encerrar até amanhã as negociações, os diplomatas brasileiros contam com as conversas da presidente Dilma Rousseff na reunião do G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo), que acontece no México.

A avaliação positiva de Figueiredo, no entanto, está longe de ser consensual. O comissário da União Europeia para o Meio Ambiente, Janez Potocnik, não poupou críticas ao documento:

— Apesar de algumas coisas boas, o texto não tem a ambição necessária, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à economia verde. Gostaríamos de ver definidos objetivos e metas, assim como prazos concretos.

O texto apresentado pelo Brasil virou alvo de chacota de militantes da causa ambiental e acabou ganhando ontem o prêmio “Fóssil do Dia”, concedido pela Climate Action (CAN), uma rede internacional que congrega mais de 700 organizações não governamentais que lutam pela sustentabilidade. Segundo nota divulgada pela CAN, “parece que o Brasil está perdendo a chance de ser uma força frente às ambições crescentes, à esperança e à confiança que o mundo depositou em seus ombros”.

— O governo optou pelo caminho mais seguro de resultado imediato das negociações — criticou Aron Berlinky, negociador da Rio+20 em nome da sociedade civil. — Com o rascunho, o governo reduziu o risco de fracasso da Rio+20, mas fez isso a custo de um denominador comum muito baixo.

Entre a sombra de avanços e retrocessos, no entanto, o importante em negociações internacionais desse porte é sair da inércia, avalia o embaixador Marcos de Azambuja, presiden-

te do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebrri):

— Aplicar uma política ambiental é um processo de longo prazo. O compromisso do Brasil é que a conferência não seja um fracasso. O rascunho talvez fique aquém das expectativas mais maximalistas, mas é cedo para desistir.

## Culpa por fracasso deve ser dividida, diz analista

Já para o professor de Relações Internacionais Marcelo Coutinho, da UFRJ, o adiamento das decisões mais importantes para 2014 pode, sim, atrapalhar as ambições diplomáticas brasileiras.

— É uma oportunidade perdida de exibir liderança. Não só por ser o anfitrião, mas porque temos enormes reservas e benefícios naturais — avalia.

Ele ressalva que não é justo culpar só o Brasil pelo fracasso da cúpula. A responsabilidade deve ser compartilhada por toda a comunidade internacional.

— Todo o mundo questiona o Brasil por seu tamanho e importância, mas tampouco se sabe o que o mundo quer do Brasil. Por exemplo, querem que o país quintuple sua produção de alimentos para atender à demanda mundial, mas sem afetar florestas e causar mais poluição. Como? Não se sabe. ■

## TEXTO DILUÍDO CONTRA O IMPASSE

O rascunho brasileiro do documento final da Rio+20 cortou 25 páginas e recorreu a uma linguagem genérica. As decisões sobre financiamento seriam tomadas só em 2014. Algumas mudanças:

### PÁGINAS

- Antes havia 81. A proposta brasileira tem apenas 56.

### CAPÍTULOS

Foram mantidos os seis capítulos originais:

1. Visão comum.
2. Renovação do compromisso político.
3. Economia verde no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.
4. Panorama institucional de desenvolvimento sustentável.
5. Panorama de ação e acompanhamento.
6. Meios de implementação\*.

\*O mais polêmico, por envolver os fundos, tem apenas cinco de seus 33 parágrafos acordados.

### PONTOS EM ABERTO

- Antes, havia 835 marcações de desacordo.
- Agora, entre os 287 parágrafos do texto atual, 119 estão marcados com colchetes como “agreed ad ref” — provisoriamente aprovado, em linguagem diplomática.
- Outros 168 parágrafos aparecem “limpos”, mas sem qualquer indicação do grau de acordo alcançado pelos negociadores.

### POLÊMICAS

- **PNUMA.** O novo texto não eleva o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ao status de agência oficial da ONU.
- **RECURSOS.** A criação do fundo de US\$ 30 bilhões foi descartada.
- **METAS.** Os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) seriam debatidos em um processo intergovernamental através de uma comissão de coordenação para elaborar os objetivos até setembro de 2012. O grupo teria, então, o prazo de um ano para apresentar uma proposta.
- **RESPONSABILIDADE.** Quanto a compromissos anteriores, o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, alvo de muita disputa entre os países ricos e as nações em desenvolvimento, foi mantido.
- **PRAZO.** O texto sugere a criação de uma Estratégia de Financiamento de Desenvolvimento Sustentável, a ser definida até 2014 por um comitê intergovernamental formado por 30 membros.

Márcia Foletto



MENINO ACRESCENTA seu pedido para o futuro em mural montado no Riocentro por uma ONG com bilhetes de participantes da Rio+20

## As recomendações de diálogo da sociedade

Público votou em ações que serão abordadas em debates no Riocentro

• O Ministério das Relações Exteriores divulgou as dez recomendações mais votadas pela sociedade civil, entre 500 propostas em cada um dos temas da Rio+20, na Plataforma Digital dos Diálogos. Mais de 60 mil pessoas de 193 países participaram da votação e o resultado servirá de parâmetro para os “Diálogos presenciais”, que acontecerão no Riocentro até 19 de junho.

No tema “Florestas”, a recomendação é restaurar, até 2020, 150 milhões de hectares de áreas desmatadas ou degradadas. Em “Oceanos”, a proposta é evitar a poluição pelo plástico por meio da educação e colaboração comunitária. Promover o uso de dejetos como fonte de energia renovável foi a recomendação no tema “Cidades sustentáveis e inovação”. Em “Economia do desenvolvimento sustentável”, venceu a eliminação pro-

gressiva de subsídios danosos, junto com a promoção de mecanismos fiscais verdes.

Em “Desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras”, destacou-se a realização de reformas fiscais que encorajem proteção ambiental e beneficiem os mais pobres. Já em “Energia sustentável para todos”, medidas concretas para eliminar subsídios e combustíveis fósseis. Para “Desemprego, trabalho decente e migrações”, pede-se que a educação seja colocada no centro da agenda dos objetivos para o desenvolvimento sustentável. Em “Água”, a proposta é que seja assegurado o suprimento por meio da proteção da biodiversidade, dos ecossistemas e das fontes de água.

Em “Segurança alimentar e nutricional”, venceu a promoção de sistemas alimentares sustentáveis que contribuam para melhoria da saúde. Em “Desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza”, ficou na frente a educação em nível global para erradicar a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável. ■

**ARTIGO.** Diretora-geral da Unesco defende a importância do fator cultural para a promoção do desenvolvimento. Sem ele, as estratégias de negócios estariam condenadas ao fracasso

## A caminho de uma cultura sustentável

Irina Bokova

• Com a Conferência Rio+20, o mundo procura novos caminhos para apoiar o crescimento verde e o desenvolvimento sustentável para todos. A cultura faz parte desses caminhos. Este é um setor econômico próspero, é também um

acelerador da participação e da adesão das pessoas aos esforços de desenvolvimento.

Em todas as minhas visitas pelo mundo, eu vejo o apego visceral dos povos às suas culturas. Eu pude constatar isso por ocasião de uma reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, que aconteceu em Brasília, em

2010. A cultura é uma fonte de identidade e de dignidade, é um ponto de referência diante dos riscos e da incerteza.

A cultura e as indústrias culturais também representam renda, uma fonte de crescimento e de empregos — muitas vezes, empregos verdes, fortemente ancorados no tecido local, difi-

cilmente deslocáveis. Fomentar a cultura é o sentido do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio Cultural para os países lusófonos e hispânicos, criado pela Unesco e pelo Brasil, há dois anos, a fim de formar profissionais na região.

A história mostra que as estratégias de desenvolvimento que omitem o fator cultural estão condenadas ao fracasso, porque elas não conseguem ter o apoio da população-alvo. Essa é uma das lições fruto do esforço para se atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Isso é verdade nas áreas da saúde, da justiça, da luta contra a fome. Sem mobilização das pes-

soas, não há desenvolvimento sustentável possível. Podemos usar a cultura para estimular essa participação.

Essa é a mensagem da Unesco, retomada desde o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 e em várias resoluções das Nações Unidas. Há mais de 65 anos, de Abou Simbel a Angkor (templos no Egito e no Camboja, respectivamente, declarados parte do patrimônio mundial), a Unesco lidera as operações de salvaguarda e proteção desse patrimônio. A Unesco concebeu um quadro normativo completo para assegurar a promoção da cultura, da diversidade cultural e das indústrias

criativas para o desenvolvimento.

O mundo está esgotando o seu ambiente natural; deve fazer crescer o seu ambiente cultural. É chegada a hora de mudar o olhar sobre a cultura e ver nela algo além de um patrimônio frágil ou lazer de luxo, porque ela é também uma força de renovação e de progresso. Como setor econômico, como facilitador de políticas de desenvolvimento, a cultura é uma condição de sustentabilidade. Eu levarei esta mensagem ao Rio, para que ela prospere após a Rio+20. ■

Irina Bokova é diretora-geral da Unesco